



LIMITES DA ANALITICIDADE HUMANA: LIBERDADE E IRREDUTIBILIDADE DO MUNDO SOCIAL AOS DITAMES DO CÁLCULO

RUI ALEXANDRE GRÁCIO¹

¹ Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

RESUMO: A Inteligência Artificial é uma forma de tentar superar os limites da analiticidade humana. No entanto, uma visão positiva dos limites da analiticidade, que atende à finitude humana, conduz a uma valorização da racionalidade retórico-argumentativa relativamente às tendências hegemónicas da racionalidade algorítmica. No presente artigo procede-se a um confronto entre estas duas racionalidades e entre os ideais que lhes estão subjacentes, alertando-se para os perigos que emergem da crescente mediação digital da vida humana, especialmente no que diz respeito à diminuição do poder das práticas deliberativas e da capacidade humana de fazer comunidade e de decidir democraticamente. Defende-se, ainda, que a dimensão ética do humano está intimamente ligada à sua capacidade de lidar com a incerteza, com o risco e com a capacidade de fazer comunidade, aspetos que são ameaçados quando a racionalidade subjacente às mediações digitais se estende à administração social do humano e a processos de automatização em que o juízo humano se vê substituído pelo cálculo e a liberdade individual e coletiva profundamente condicionada e diminuída.

Palavras-chave: racionalidade retórico-argumentativa, racionalidade algorítmica, liberdade humana.

LIMITS OF HUMAN ANALYTICITY: FREEDOM AND THE IRREDUCIBILITY OF THE SOCIAL WORLD TO THE DICTATES OF CALCULATION

ABSTRACT: Artificial Intelligence is a way of attempting to overcome the limits of human analyticity. However, a positive view of these limits—which aligns with human finitude—leads to a greater appreciation of rhetorical-argumentative rationality in contrast to the hegemonic trends of algorithmic rationality. This article presents a confrontation between these two forms of rationality and the ideals underlying them, drawing attention to the dangers emerging from the increasing digital mediation of human life, particularly regarding the weakening of deliberative practices and the human capacity to build community and make democratic decisions. Furthermore, the article argues that the ethical dimension of the human is closely linked to our capacity to deal with uncertainty, risk, and the creation of community—elements that are threatened when the rationality underlying digital mediations extends to the social administration of human life and to processes of automation in which human judgment is replaced by calculation, and both individual and collective freedom are profoundly constrained and diminished.

Keywords: rhetorical-argumentative rationality, algorithmic rationality, human freedom.

LÍMITES DE LA ANALITICIDAD HUMANA: LIBERTAD E IRREDUCTIBILIDAD DEL MUNDO SOCIAL A LOS DICTADOS DEL CÁLCULO.

RESUMEN: La Inteligencia Artificial es una forma de intentar superar los límites de la analiticidad humana. Sin embargo, una visión positiva de estos límites —que responde a la finitud humana— conduce a una revalorización de la racionalidad retórico-argumentativa frente a las tendencias hegemónicas de la racionalidad algorítmica. En el presente artículo se plantea un enfrentamiento entre estas dos formas de racionalidad y entre los ideales que las sustentan, advirtiendo sobre los peligros que surgen de la creciente mediación digital de la vida humana, especialmente en lo que respecta a la disminución del poder de las prácticas deliberativas y de la capacidad humana de construir comunidad y decidir democráticamente. Se defiende, además, que la dimensión ética de lo humano está íntimamente ligada a su capacidad de afrontar la incertidumbre, el riesgo y de crear comunidad, aspectos que se ven amenazados cuando la racionalidad subyacente a las mediaciones digitales se extiende a la administración social de lo humano y a procesos de automatización en los que el juicio humano es sustituido por el cálculo, y la libertad individual y colectiva resulta profundamente condicionada y disminuida.

Palabras clave: racionalidad retórico-argumentativa, racionalidad algorítmica, libertad humana.

Pour autant que les propositions de la mathématique se rapportent à la réalité, elles ne sont pas certaines, et pour autant qu'elles sont certaines, elles ne se rapportent pas à la réalité.

(Albert Einstein, *La Géométrie et l'Expérience*.

Tradução de Maurice Solovine. Gauthier-Villars, p. 3-19.)

INTRODUÇÃO

Ao optar por tematizar os limites da analiticidade humana, em termos de mundo social e comunitário, a minha pretensão é tripla:

a) por um lado, apontar o ideal em que se sustenta o desenvolvimento da Inteligência Artificial, ou seja, o ideal de (e)levar a capacidade analítica a um nível para lá das capacidades humanas, quer em termos de quantidade, quer em termos de velocidade, produzindo, supostamente, informações e conhecimentos mais precisos, fiáveis e que de outro modo seriam inalcançáveis;

b) em segundo lugar, mostrar que a desproporção para a qual nos lança o uso social da inteligência artificial está diretamente relacionada com questões de autoridade e de poder que desembocam em mutações politicamente preocupantes em termos de democracia (e aqui colocam-se as questões da formatação e do controlo do mundo social através do cálculo e da Inteligência Artificial Generativa).

Deixem-me dar exemplos de dois casos concretos em que as ameaças se revelam particularmente preocupantes. Um, é o da administração da justiça e a tendência que hoje se verifica para a implementação de sistemas de Inteligência Artificial na produção de decisões judiciais automatizadas. Outro, é o da cegueira contratual que se verifica no acesso a sistemas operativos, a redes sociais ou a diversos tipos de *software*. A prática generalizada é a subscrição de contratos ao qual damos o nosso consentimento sem os ler ou perceber, num processo de captura que me parece muito grave);

c) em terceiro lugar, trato aqui a questão dos limites da analiticidade para confrontar dois tipos de racionalidade: por um lado, a *racionalidade retórica-argumentativa* em que se fundamenta a sociedade de direito e na qual as capacidades deliberativas assentam no exercício de questionar, debater e clamar pelas perspetivas consideradas mais apropriadas; por outro, a *racionalidade algorítmica*, que põe em causa a autonomia deliberativa, subordinando as decisões humanas a um conhecimento performativo baseado num cálculo que é opaco e que não só tende a reduzir o questionamento a um mero jogo de perguntas e respostas pré-formatadas, como leva também a automatizar crescentemente a produção de respostas, confinando-as a um quadro de análise numérica ou digital e a automatismos tecnolinguísticos. Com efeito, e como assinalou Éric Sadin (2015, p. 219), “o que o tecno-capitalismo

terá instituído em escala global é um modo de racionalidade baseado na definição quantificada de todo fenómeno, graças ao poder indefinidamente ampliado do computacional.”

ANÁLISE, AUTOMATIZAÇÃO, DIÁLOGO E CONFIANÇA

A tese que aqui defendo, no que diz respeito aos limites da analiticidade, é a de que a análise em excesso tende para uma automatização que atenta contra a liberdade e a integralidade humanas, fomentando a ignorância e o impensar, abrindo a possibilidade de uma tirania administrada pela via digital. Mas, por outro lado, o défice de análise não cria a confiança necessária para uma sociabilidade humana saudável, equitável e justa. Em suma, a análise em excesso tende a tornar-se automatizada. A análise em défice não cria confiança. O balanço que terá assim que ser feito será entre o reconhecimento de limites, o acolhimento positivo, mas socialmente não resignado, desses limites, e a resistência à tentação de nos livrarmos tecnologicamente dos limites humanos, abrindo para regimes totalitários comandados pelos oligarcas digitais.

A racionalidade retórico-argumentativa, que esteve sempre ligada ao esforço de construir comunhão e confiança através do diálogo, da capacidade de falar e de escutar, é aliás bem ilustrada pela ideia ciceroniana de argumento, como «algo de provável inventado para criar confiança» (*probabile inventum ad faciendam fidem*) (Pinheiro, 2010, p. 33), sendo que o “provável” não é aqui algo de redutível ao cálculo estatístico, antes remete para a ideia de algo que será aceitável pelos interlocutores. E a pergunta que surge é: será que a negociação das distâncias entre sujeitos a propósito de problemas sobre os quais divergem é potenciada ou debilitada pela impregnação social de sistemas de Inteligência Artificial?

Vale a pena lembrar que a retórica emerge quando a questão da confiabilidade se coloca em termos práticos, perante a necessidade de deliberar em situações em que a escassez de tempo, de conhecimento e de informação cruza com a limitação de competências analítico-críticas. Sublinhou-o Aristóteles ao referir-se à função da retórica como sendo a de “tratar temas sobre os quais devemos deliberar e sobre os quais não possuímos técnicas, perante auditores que não têm a faculdade de inferir por numerosos degraus e de seguir um raciocínio desde um ponto afastado” (1998: 1357a). Esta passagem, que poderia sugerir uma consideração negativa da retórica, aponta, na realidade, para os limites do humano e pode ser lida à luz da ideia de que a maior parte das vezes, em termos de conhecimento, lidamos com aproximações, com o mais ou menos, abordando de uma forma algo vaga e imprecisa grande parte dos assuntos dilemáticos sobre os quais temos de deliberar sob a premência da ação. Nesse sentido, Aristóteles escreve que “nós deliberamos sobre questões que parecem admitir duas possibilidades de solução, já que ninguém delibera sobre coisas que não podem ter acontecido, nem vir a acontecer, nem ser de maneira diferente; pois, nesses casos, nada há a fazer” (Aristóteles, 1998, 1357a). Acrescenta o Estagirita, noutra obra, o seguinte:

damo-nos, portanto, por satisfeitos se, ao tratarmos destes assuntos, a partir de pressupostos que admitem margem de erro, indicarmos a verdade *grosso modo*, segundo a sua caracterização apenas nos traços essenciais. Pois, para o que acontece o mais das vezes, com pressupostos compreendidos apenas *grosso modo* e segundo a sua caracterização nos traços essenciais, basta que as conclusões a que chegamos tenham o mesmo grau de rigor. (...) Na verdade, parece um erro equivalente aceitar conclusões aproximadas a um matemático e exigir demonstrações a um orador. (Aristóteles, 2009: 1094b)

RACIONALIDADE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA E RACIONALIDADE ALGORÍTMICA

A questão de fundo que se coloca é, então, a de saber se queremos construir dialogicamente o mundo, como pares entre pares e com todo o risco e a incerteza que isso implica, ou se, fascinados pelo oráculo digital e pelos poderes das revelações dataístas, nos queremos subordinar a um conhecimento opaco que, ao mesmo tempo que acena salvificamente com as certezas do cálculo e com a eficácia da produtividade, nos condiciona e nos impõe aditivamente mediações digitais como elemento manipulador e destituente de várias prerrogativas humanas, nomeadamente: a de deliberarmos sobre o nosso destino comum, a de ponderarmos o ato da livre escolha e, finalmente, a de nos confrontarmos com os desafios do questionamento e da argumentação enquanto modos humanos de lidar com os conflitos, com as ambiguidades, com a infração razoável das regras e com a geração de confiança e coesão sociais.

A propósito da questão da confiança, é talvez importante lembrar que o sociólogo Niklas Luhmann considerou a confiança como um mecanismo de redução da complexidade social. Luhmann (1992, 2006) distingue dois níveis de confiança: “trust” e “confidence” (o tradutor francês optou por traduzir “trust” por “confiança decidida” e “confidence” por “confiança assegurada”), sendo que aquilo que as diferencia é o facto da primeira comportar sempre um elemento de ponderação crítica e de risco, dada a sua associação com uma decisão (decidir confiar ou subscrever), o mesmo não se passando com a segunda, que funciona sem ativar níveis interrogativos, significando que partirmos de algo que tomamos como dado e assegurado.

A distinção é importante pois permite-nos pensar o campo da retórica argumentativa — o campo do humano — como aquele em que constantemente se joga o risco ponderado sobre o que é confiável, colocando em evidência, contra suposições dogmáticas, a importância do pensamento crítico e do discernimento sensível e corporal. Com efeito, entregarmo-nos aos usos sem compreensão — como cada vez mais se verifica com as mediações digitais e os seus efeitos de magia utilitária —, expõem-nos a dependências e a manipulações. Mais do que isso, mina a vertente crítica que deve acompanhar a construção da confiança e do senso que funda as comunidades.

No entanto, parece ser mais a favor do impensar e do tornar a ação humana cada vez mais comandada por instruções, que os ventos parecem correr.

Com efeito, os limites da analiticidade estão a ser cada vez mais explorados pelo deslocamento dos poderes da análise e síntese humanas, no seu vínculo com a decisão, para um poder analítico complexo, exponenciado pela rapidez e capacidade crescentes do processamento computacional e algorítmico de dados, no qual o uso tende a fundir-se com o normativo.

Mais do que isso, progressivamente, as tarefas, as criações e as ponderações humanas são solicitadas sob a forma fragmentária de dados susceptíveis de uma análise maquínica — conhecida como mineração de dados — para, desse modo, poderem veicular a ideologia da racionalidade algorítmica e, assim, irem substituindo progressivamente as análises humanas, limitadas e rodeadas por incerteza, por um conhecimento que, ao contrário de emanar da vida comunitária concreta, brota de correlações abstratas e impessoais.

As plataformas — que designo frequentemente como “cabrestos informáticos” — vão operando este deslocamento, condicionando, pela imposição da forma, os próprios conteúdos aceitáveis no processo de comunicação.

Um exemplo concreto disso, por mim testemunhado na universidade, foi a solicitação de que os diretores de programas doutorais introduzissem nos textos de divulgação pública dos respetivos doutoramentos — de que são responsáveis —, palavras-chave que estivessem de acordo com a

pretensão de mostrar que os cursos adotavam diretrizes da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pelos Estados-Membros das Nações Unidas em 2015.

De um modo sintético, foi dada uma lista, num ficheiro excel, de palavras-chave associadas a cada um dos 17 ODS, as quais deveriam ser seletivamente introduzidas no textos dos referidos programas que, por sua vez, deveriam ser apresentados em inglês e ser objeto de futuro mapeamento através da mineração de palavras.

O que aqui quero salientar, neste gesto de condutividade da produção escrita, que põe em causa a independência intelectual, é a forma como a implementação de diretrizes políticas e ideológicas está a ser preparada para os processos de *distant reading* da inteligência artificial e, através dessa preparação, para modos de controlo regidos por caixas negras. Tudo isso nos faz mergulhar na algocracia e na respetiva substituição das decisões humanas por decisões baseadas e controladas por modelos algoritmos (que, como notou Cathy O’Neil, na realidade “são opiniões embebidas em matemática” (2016, p. 24)).

Acresce ainda que, provavelmente para passar um ar neutro e científico a este gesto intrusivo, explicitava a missiva enviada que a validação do texto seria feito pelo método de Auckland, ou seja, uma técnica estatística utilizada para estimativa de vocabulário total ou riqueza léxica em grandes coleções de textos, especialmente quando só se tem acesso a amostra do conjunto completo. Embora conhecido em alguns círculos académicos e técnicos como "Método de Auckland", ele não é sempre formalizado com esse nome. Mas, o relevante e o preocupante, aqui, é que se trata de por em ação um método de mineração textual associado a modelos matemáticos, que, e ainda segundo Cathy O’Neil que “definem a sua própria realidade e usam-na para justificar os seus resultados” (2016, p. 13), ou seja, assentam numa processo autorreferencial orientada pela manipulação da alteridade.

CONCLUSÕES

Para concluir, vale a pena citar o que Fernanda Bruno (2022, p. 60) escreve sobre a racionalidade algorítmica na sua dimensão paradoxal:

A interpelação paradoxal da racionalidade algorítmica ressoa operações mais amplas do neoliberalismo que, de um lado, enaltecem o indivíduo e a sua suposta autonomia e, de outro, o precarizam, esgarçando suas redes de proteção, solidariedade e relações coletivas.

Talvez por isso mesmo Sadin (2015, p. 261) considere que é imperativo submeter a vida algorítmica contemporânea, e a razão digital que a comanda, a uma crítica sem tréguas, naquilo que considera ser um “combate político, ético e civilizacional maior do nosso tempo”. E o que está em causa não é o reconhecimento de que o cálculo e o discurso fazem, indissociavelmente, parte da racionalidade humana. O ponto é evitar que o cálculo e as mediações algorítmicas se tornem hegemónicos e se constituam como via unidimensional de acesso do humano ao mundo.

A racionalidade retórico-argumentativa, sendo intrinsecamente perspetivística (cf. Grácio, 2021), sustenta o pluralismo e a ideia de que a única perspetiva inaceitável é a que pretende ser exclusiva. E, do mesmo modo que, no quadro analógico, se registou a tentação de construir um sistema panótico simulador de um “olho de Deus”, também no digital, com a sua capacidade de “vigilância distribuída e imanente” (cf. Bruno, 2013) há um ideal de alcançar um plano aperspetivo (cf. Han, 2019). Um plano que possibilite a eliminação de todos os ângulos mortos e que tudo permita capturar, nomeadamente o inconsciente psíquico — naquilo a que Fernanda Bruno et al. (2019) designaram por “economia psíquica dos algoritmos”.

Em suma, urge saber assumir os limites da analiticidade humana naquilo que eles têm de mais fecundo. Há que perceber que a força da nossa liberdade está intrinsecamente ligada à nossa condição finita, a uma dimensão ética baseada na exposição ao risco e à incerteza e à importância de construirmos redes que efetivamente façam comunidade e permitam, não o controlo humano e do social pela analiticidade, mas a abertura prospetiva de horizontes de futuro, laços de confiança e vislumbres de esperança.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*: Lisboa. Quetzal, 2009.
- BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BRUNO, F. Racionalidade algorítmica & subjetividade maquina. In LUCIA SANTAELLA (Org.). *Simbioses do Humano e Tecnologias: Impasses, Dilemas, Desafios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP, pp. 51-62, 2022.
- BRUNO, F.; BENTES, A. & FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, V. 26, N. 3, set.-dez, 2019.
- GRÁCIO, R.. Perspetivismo e discutibilismo: o logoi da racionalidade retórico-argumentativa. In LUÍS ANTÓNIO FERREIRA (Org.). *Inteligência Retórica*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, pp. 29-38, 2021.
- HAN, B.-C.. *Psicopolítica*. Herder, 2019.
- LUHMANN, N.. Confiance et familiarité. Problèmes et alternatives. *Réseaux* 2001/4, n° 108, pp. 15-35, 2001.
- LUHMANN, N.. *La confiance: Un mécanisme de réduction de la complexité sociale*. Paris: Economica, 2006.
- PINHEIRO, Nídia E. M.. *Cícero, As Divisões Da Arte Oratória. Estudo e Tradução*. Tese (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes). Porto: Universidade do Porto, 2010. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56752/2/TESEMESNIDIAPINHEIRO000136710.pdf>
- O'NEIL, C. (2016). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. Crown Publishers
- SADIN, E.. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Éditions de L'Échappée, 2015.